Numa era marcada pela globalização, pela intensificação dos fluxos culturais e pela aceleração tecnológica, a educação enfrenta o desafio de preparar cidadãos capazes de compreender a complexidade do mundo e de nele agir de forma crítica, criativa e solidária. Nesse contexto, a viagem — muitas vezes considerada uma prática recreativa ou de lazer — ganha novo estatuto: converte-se em espaço pedagógico privilegiado, onde a experiência direta entrelaça-se com a reflexão e a aprendizagem intercultural. A afirmação de que uma semana de viagem pode equivaler a um ano de aulas não deve ser entendida de forma literal, mas como metáfora que sublinha a potência educativa das experiências vividas em deslocação. O mundo, neste caso, torna-se sala de aula, e a pedagogia experiencial revela-se um caminho central para a aprendizagem significativa in loco.

A pedagogia experiencial tem raízes fundacionais em John Dewey, que já no início do século XX defendia a aprendizagem pela experiência como condição para a formação integral. Para Dewey (1938/2015), aprender não é acumular conteúdos, mas reconstruir a experiência em função de novos significados. David Kolb (1984) sistematizou este princípio no modelo do ciclo experiencial, composto por quatro fases: experiência concreta, observação reflexiva, conceptualização abstrata e experimentação ativa. Uma viagem internacional oferece, de forma natural, oportunidades para percorrer este ciclo, desde a vivência de situações inéditas até à reflexão crítica sobre a própria cultura, passando pela elaboração de conceitos e pela aplicação em novos contextos. Assim, as viagens não apenas complementam a sala de aula, mas podem funcionar como catalisadores de aprendizagens profundas e transformadoras.

O valor pedagógico da viagem está intimamente ligado à sua capacidade de provocar deslocamentos — físicos, simbólicos e identitários. Ao sair do espaço habitual, o sujeito confronta-se com práticas, linguagens e paisagens distintas, o que ativa processos de comparação, estranhamento e diálogo intercultural. Mezirow (1991) designou este processo como aprendizagem transformadora: um momento em que o indivíduo é desafiado a reavaliar pressupostos e a reconstruir quadros de referência. Neste sentido, uma viagem breve, quando vivida com abertura e acompanhada de reflexão crítica, pode ter impacto educativo superior a meses de aulas teóricas. A sala de aula transmite conhecimento de forma mediada; a viagem coloca o aprendiz no centro de situações reais, desafiando-o a mobilizar competências cognitivas, emocionais e sociais em tempo real.

A investigação contemporânea tem confirmado o potencial educativo das viagens. Estudos

sobre programas de mobilidade estudantil, como o Erasmus+, documentam ganhos consistentes em competências interculturais, autonomia, tolerância e empregabilidade (European Commission, 2023). Segundo um inquérito europeu recente, mais de 90% dos estudantes que participaram em programas de mobilidade reportaram melhoria significativa da sua capacidade de adaptação e da sua sensibilidade cultural. Do mesmo modo, programas de viagens curtas — denominados short-term study abroad — têm mostrado resultados positivos, ainda que em escalas temporais mais reduzidas, sugerindo que mesmo uma semana intensiva de imersão pode gerar aprendizagens significativas (Vande Berg, Paige, & Lou, 2012). O contacto direto com diferentes contextos socioculturais permite aos viajantes desenvolver competências de literacia global, entendidas como a capacidade de interpretar acontecimentos a partir de múltiplas perspetivas e de agir de forma informada no mundo interdependente.

A dimensão experiencial da viagem também se articula com o conceito de aprendizagem situada (Lave & Wenger, 1991), segundo o qual o conhecimento constrói-se em comunidades de prática, através da participação ativa em contextos autênticos. Uma visita a um mercado local, por exemplo, pode tornar-se lição prática sobre economia informal, sustentabilidade alimentar ou diversidade cultural, mais viva e memorável do que qualquer explicação teórica. Ao mesmo tempo, as viagens criam oportunidades para o desenvolvimento de soft skills valorizadas no século XXI, como resiliência, comunicação intercultural, resolução de problemas e empatia. A UNESCO (2019) reforça que a educação global deve capacitar os indivíduos para enfrentar desafios planetários — desde as alterações climáticas até à desigualdade social —, e que essas competências dificilmente podem ser cultivadas apenas em ambientes escolares formais.

No entanto, o valor educativo da viagem não é automático. A experiência por si só não garante aprendizagem; é necessário um processo de mediação e reflexão. Kolb (1984) enfatiza que apenas quando a experiência é submetida à análise reflexiva e transformada em conceitos pode gerar conhecimento duradouro. Por isso, programas de educação experiencial recomendam diários de bordo, círculos de partilha, projetos de pesquisa e outras estratégias que ajudem os participantes a traduzir vivências em aprendizagens estruturadas. Sem esta mediação, a viagem corre o risco de reduzir-se a consumo superficial de lugares, reforçando estereótipos em vez de os desconstruir. A pedagogia experiencial, neste sentido, não é turismo académico, mas exercício intencional de aprendizagem situada.

A questão da acessibilidade é igualmente central. Se as viagens se revelam ferramentas poderosas de aprendizagem, importa garantir que não se tornam privilégio de elites. A investigação alerta para desigualdades significativas no acesso a programas de mobilidade, frequentemente favorecendo estudantes de classes médias e altas, com maior capital cultural e económico (Brooks & Waters, 2011). A promessa de uma educação global não pode excluir aqueles que mais poderiam beneficiar dela. Assim, políticas educativas devem investir em programas inclusivos, bolsas de apoio e modalidades de mobilidade de baixo custo, como intercâmbios regionais ou experiências virtuais complementadas com deslocações físicas. A justiça social na educação passa por democratizar o acesso às experiências transformadoras que a viagem pode proporcionar.

Além do impacto no plano individual, as viagens possuem também um valor coletivo. Ao promoverem o encontro com a alteridade, contribuem para a construção de sociedades mais tolerantes e abertas. Numa época marcada por tensões identitárias, xenofobia e polarização, a experiência direta da diversidade cultural pode funcionar como antídoto contra o fechamento e a hostilidade. Estudos mostram que contactos interculturais positivos reduzem preconceitos e aumentam a confiança social (Allport, 1954/1979; Pettigrew & Tropp, 2006). Quando incorporadas em políticas educativas, as viagens tornam-se não apenas experiências pessoais de crescimento, mas estratégias de promoção da paz e da cooperação internacional.

Do ponto de vista epistemológico, a viagem reconfigura também a relação entre conhecimento local e global. Ao visitar comunidades específicas, os estudantes confrontam-se com saberes que não cabem nos manuais, desde práticas tradicionais de agricultura até sistemas alternativos de organização social. Estes encontros desafiam a hegemonia de uma epistemologia eurocêntrica ou uniformizadora, abrindo espaço para pedagogias decoloniais que valorizam múltiplas vozes e cosmologias (Santos, 2018). O mundo, como sala de aula, não apenas amplia horizontes, mas descentra o olhar, ensinando a aprender com o outro em vez de apenas sobre o outro.

Em Portugal, experiências recentes de programas de intercâmbio juvenil e de viagens educativas confirmam estas tendências. Relatórios nacionais evidenciam que jovens participantes em projetos Erasmus+ reportam maior motivação académica, sentido de pertença europeia e capacidade de trabalhar em equipas multiculturais (Agência Nacional Erasmus+, 2023). Mesmo programas de curta duração, como viagens temáticas em áreas de

ciência ou artes, mostram ganhos significativos na motivação para aprender e na ligação entre escola e mundo real. Tais evidências reforçam a urgência de integrar a pedagogia experiencial em políticas educativas, reconhecendo que as viagens, longe de serem luxo, são investimento pedagógico.

Apesar de todos estes benefícios, há também riscos e desafios. O turismo de massas, quando não mediado por princípios pedagógicos, pode reforçar práticas de consumo cultural superficial e contribuir para problemas ambientais. A pedagogia experiencial deve, portanto, incorporar princípios de sustentabilidade, sensibilizando os participantes para os impactos ecológicos e sociais das suas escolhas. Neste sentido, a noção de slow travel, que privilegia a imersão prolongada e o respeito pelos contextos locais, pode ser uma alternativa pedagógica mais coerente. Ao mesmo tempo, as experiências digitais — como intercâmbios virtuais, realidade aumentada e colaborações online — podem complementar viagens físicas, ampliando o alcance sem aumentar a pegada ambiental.

Em síntese, afirmar que uma semana de viagem vale mais do que um ano letivo é reconhecer que a educação não se limita à transmissão de conteúdos em sala de aula, mas realiza-se na experiência vivida, no encontro com o outro e na capacidade de transformar vivências em conhecimento. A pedagogia experiencial, materializada em viagens educativas, responde às exigências do século XXI, oferecendo um modelo de aprendizagem que é simultaneamente cognitivo, emocional, ético e social. O mundo, como sala de aula, ensina lições que os manuais não contêm: a vulnerabilidade diante da diferença, a criatividade diante do inesperado, a solidariedade diante do comum. Democratizar e estruturar estas experiências é desafio para educadores, decisores políticos e instituições, mas também uma oportunidade de reimaginar a educação como prática de liberdade e diálogo intercultural.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional Erasmus+. (2023). *Relatório Erasmus+ Portugal 2023.* Lisboa: AN Erasmus+.

Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice* (25th anniversary ed.). Reading, MA: Addison-Wesley. (Trabalho original publicado em 1954).

Brooks, R., & Waters, J. (2011). *Student mobilities, migration and the internationalization of higher education.* Palgrave Macmillan.

Dewey, J. (2015). *Experience and education.* New York: Free Press. (Original publicado em 1938).

European Commission. (2023). *Erasmus+ higher education impact study 2023.* Brussels: European Union.

Kolb, D. (1984). *Experiential learning: Experience as the source of learning and development.* Prentice Hall.

Lave, J., & Wenger, E. (1991). *Situated learning: Legitimate peripheral participation.* Cambridge University Press.

Mezirow, J. (1991). *Transformative dimensions of adult learning.* San Francisco: Jossey-Bass.

Pettigrew, T. F., & Tropp, L. R. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of Personality and Social Psychology, 90*(5), 751–783. https://doi.org/10.1037/0022-3514.90.5.751

Santos, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul.* Coimbra: Almedina.

UNESCO. (2019). *Global citizenship education: Preparing learners for the challenges of the 21st century.* Paris: UNESCO.

Vande Berg, M., Paige, R. M., & Lou, K. H. (2012). *Student learning abroad: What our students are learning, what they're not, and what we can do about it.* Stylus Publishing.